

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Ata da 60ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia Plenária Ordinária

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e 1 vinte e quatro minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no 2 Setor de Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, 3 sala cento e quatro, Brasília, Distrito Federal, e concomitantemente por meio do 4 5 aplicativo Google Meet, iniciou-se a sexagésima sessão plenária virtual do décimo 6 oitavo plenário do Conselho Federal de Psicologia - CFP. Estavam presentes nessa 7 ocasião, entre Conselheiras e Conselheiros: Alessandra Santos de Almeida, Ana Paula 8 Soares da Silva (virtualmente), Anna Carolina Lo Bianco Clementino (virtualmente), 9 Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Izabel Augusta Hazin Pires, Katya Luciane de 10 Oliveira, Marina de Pol Poniwas, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Norma Celiane 11 Cosmo (virtualmente), Robenilson Moura Barreto, Rodrigo Acioli Moura. Izabel Hazin 12 reunião saudando os participantes. **INFORME:** PAINEL 13 COMEMORATIVO AOS 50 ANOS DE FUNCIONAMENTO DO CFP. Izabel dá o informe sobre a construção do painel. O painel comemorativo será inaugurado em maio. 14 INFORME RECOMENDAÇÃO CNDH N° 006/22 - ALIENAÇÃO PARENTAL. Marina 15 Poniwas fala que o CFP recebeu recomendações do Conselho Nacional de Saúde e do 16 17 Conselho Nacional de Direitos Humanos para que endossem o banimento do termo 18 alienação parental. No entanto, a recomendação chegou depois da aprovação da nota técnica, na qual o termo é utilizado. Cabe ao psicólogo, ao utilizar o termo, se 19 20 fundamentar ética e tecnicamente. Assim, o Grupo de Trabalho defende a manutenção 21 da nota técnica como está, sabendo que o CFP vai precisar enfrentar esse debate na 22 APAF. Izabel Hazin complementa que em uma autarquia não faz sentido banir algo que 23 tem vigência legal. Norma Cosmo pergunta por que o termo foi banido. E indaga como 24 o representante do Conselho vota pelo banimento em um ponto, sem que o Plenário 25 tenha tirado posição. Marina Poniwas explica que o termo acaba, na prática, sendo utilizado por operadores do direito de forma equivocada e produzindo ainda mais 26 27 violência contra mulheres e contra crianças e adolescentes. O judiciário entende que cabe ao psicólogo decidir sobre a alienação parental. O encaminhamento é defender a 28 29 manutenção do termo na nota, procurando, no entanto, não polarizar a discussão. 30 CORREÇÃO DIÁRIA, AJUDA DE CUSTO E JETON. Norma Cosmo explica que não é 31 possível fazer a remuneração por jetons de trabalho remoto. O Regional que solicitou 32 esse tópico foi o regional do Paraná, solicitando a modificação da Resolução que trata 33 de ajuda de custos, diárias e jetons. Norma Cosmo concorda que há necessidade de modificar os parâmetros. É exibida uma planilha comparativa do valor das diárias do 34 35 CFP com relação a outros Conselhos Profissionais. A correção dos valores é proposta

de acordo com a variação do IPCA. Virgílio Bastos sugere o arredondamento dos valores para cima, o que é acatado. São exibidos os valores vigentes e a proposta dos novos valores. Os valores de diárias para conselheiros, empregados, colaboradores, prestadores de serviço e convidados em viagem com duração de um dia está fixada em R\$ 710,00 e irá para R\$ 900,00; as diárias para os mesmos beneficiários em viagem por mais de um dia está em R\$ 610,00 e será corrigida para R\$ 770,00; Para viagens ao exterior sem hospedagem, o valor está em US\$ 650,00 e irá para US\$ 820,00; Para viagens ao exterior com hospedagem, de US\$ 340,00 para US\$ 430,00; As ajudas de custo de categoria I vão de R\$ 360,00 para R\$ 460,00; e as ajudas de custo de categoria II passarão de R\$ 180,00 para R\$ 230,00. Virgílio comenta sobre o caso dos profissionais que deixam de receber para vir trabalhar como conselheiros, mencionando, inclusive, como isso afasta psicólogos da representação política. Concorda, entretanto, que esta é uma discussão para outro momento. Os novos valores são aprovados por unanimidade. PRESTAÇÃO DE CONTAS CFP - EXERCÍCIO **2021.** Norma Cosmo apresenta a prestação de contas do CFP, mostrando o aumento da arrecadação e da base de psicólogos. Com a pandemia, muitas despesas não puderam ser executadas, como gastos com passagens aéreas e hospedagens. O superávit orçamentário de 2021 foi de R\$ 23 milhões. Virgílio considera que o contexto da pandemia justifica a diminuição de gastos. Por outro lado, considera que a quantidade de trabalho produzida foi muito alta. Deste modo, entende que realmente o trabalho remoto implicou em um barateamento de custos. Sugere que haja remuneração para os colaboradores do Conselho, pois o CFP recorre muito ao trabalho voluntário da categoria. Neuza Guareschi acrescenta que as comissões do CREPOP, caso pudessem ter algum auxílio, agilizariam sobremaneira a produção das referências técnicas, inclusive aumentando a qualidade. João Diego explica que, por estarmos na administração pública, é necessário contratar seguindo as leis de licitação, mesmo em caso de dispensa de licitação. Neuza pede um estudo do jurídico sobre a possibilidade de contratação. O plenário designa André Pereira para fazer o estudo junto com João Diego e o Conselheiro Virgílio para a próxima Plenária. A prestação de contas e o teto de anuidade são aprovados em bloco, por unanimidade. TETO DAS ANUIDADES 2023. Foi aprovado o reajuste com base no INPC. MINUTA DE RESOLUÇÃO SOBRE OUVIDORIAS NOS CRPS. Izabel Hazin informa que ocorreu o Segundo Encontro de Secretárias do Sistema Conselhos, onde foi apreciada a resolução sobre as ouvidorias. A minuta da resolução é lida. Izabel explica que será solicitado que a resolução seja aprovada sem a leitura na APAF, uma vez que a minuta de Resolução já passou por todos os Regionais. Rodrigo Acioli pergunta como os regionais pequenos farão para implantarem suas ouvidorias, uma vez que têm equipes reduzidas. Fabíola Corrêa, Gerente de Ouvidoria do CFP, explica que a resolução obriga a criação de um canal de ouvidoria, e não necessariamente um setor, e acrescenta que está é uma obrigação imposta por lei. Rodrigo pergunta se não seria responsabilidade do CFP apurar denúncias contra os Regionais. João Diego explica que não, pois caso o CFP encampe uma denúncia ele se tornaria responsável. Rodrigo sugere a supressão da criação do grupo virtual. Sugere, por outro lado, que o encontro previsto na Resolução seja anual. Sugere ainda que seja retirada a previsão de prioridade na APAF para aprovação do manual. Izabel encaminha o envio das sugestões de alteração para os regionais que integram o GT. A minuta é aprovada. GT ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS. Marina Poniwas explica sobre a manutenção do

36

37

38

39

40

41

42

43 44

45 46

47

48

49 50

51

52

53

54

55 56

57

58

59

60

61 62

63 64

65

66 67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77 78

79

80

81

82

83 termo "devem" na resolução, que já havia sido apreciada e aprovada em Plenária 84 anterior. GT CREPOP. Neuza Guareschi afirma que foram tirados os considerando da Resolução, e procede à leitura da Resolução. Norma Cosmo pergunta sobre a 85 prestação de contas dos recursos repassados. Neuza fala da previsão do relatório a ser 86 enviado à Coordenação Nacional, porém concorda em incluir a prestação de contas 87 dos gastos na Resolução, lembrando que só pode concorrer ao edital quem estiver 88 com as prestações de conta em dia. Norma ainda fala sobre a dificuldade com os 89 gestores, e fala que percebe o CREPOP afastado do diálogo com as prefeituras e 90 91 secretários. Neuza explica a dificuldade de alguns técnicos do Crepop nos Regionais, que acabam fazendo trabalhos alheios ao CREPOP. A minuta é aprovada com nove 92 93 votos a favor e uma abstenção de Rodrigo Acioli. GT APAF NORMAS E REGRAS PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA PORTE DE ARMAS. Katya Luciane fala sobre a nova 94 95 resolução do porte de armas, informando que houve cinco reuniões com a Polícia 96 Federal. Foi criado o GT do CFP para lidar com as orientações, contando com membros 97 da CCAP, a especialista Cristiane Faiad e as três psicólogas da PF. Foi desenvolvido um manual para orientar os profissionais. Esses alinhamentos demandaram tempo e 98 99 exigiram um redirecionamento inicial do tema, o que atrasou as ações do GT. O Plenário deliberou pela continuidade do GT. GT APAF - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E 100 CURSOS IRREGULARES. Virgílio explica que não compete ao CFP fiscalizar cursos 101 102 irregulares. O CFP deve levar para a APAF o posicionamento de pedir a extinção do GT 103 por não ser da alçada do CFP o objetivo dado. GT PSICOTERAPIA - APAF ABRIL DE 104 2021. Rodrigo Acioli informa que as sugestões de alteração do Plenário do CFP foram 105 acatadas. Destaca ainda que foi realizada a audiência pública, com dezoito entidades. 106 Na ocasião, a minuta foi muito elogiada. Muitas das sugestões feitas foram 107 incorporadas. Foi construído um material de subsídio para análise dos Regionais, com 108 o detalhamento das contribuições que foram ou não acatadas e justificativas. Rodrigo 109 sugere que as audiências públicas se tornem um padrão. Izabel concorda com a construção desse novo fluxo. GT APAF - POLÍTICAS PARA MULHERES. Alessandra 110 Almeida defende que o GT continue, e retome as atividades, já que o GT esteve parado 111 em função da pandemia. O Plenário concorda. GT APAF - ESTÁGIO. Mais uma vez, 112 Virgílio Bastos fala da dificuldade de alcance do CFP para regulamentar assuntos sobre 113 114 formação. Acrescenta que a minuta de resolução atual é bem enxuta, e está passando por avaliação jurídica, com expectativa de o GT concluir a tarefa até dezembro. O 115 116 Plenário defenderá a continuidade do GT. GT PARÂMETROS PARA ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA EM CONTEXTOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA, SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA DE 117 SAÚDE. Neuza Guareschi afirma que já foi encaminhado para o profissional fazer o 118 trabalho de revisão e estatística. GT APAF REVISÃO DA RESOLUÇÃO CFP 02/2016 QUE 119 REGULAMENTA A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM CONCURSO PÚBLICO E PROCESSOS. 120 O plenário defende a continuidade do GT, ainda que as atividades estejam suspensas, 121 122 desde a Ação Direta de Inconstitucionalidade dos testes. GT DA COMORG DO 11º CNP. A Comorg vai fazer uma apresentação dos dados, mas os COREPS ainda estão em 123 andamento. GT ORIENTAÇÃO: ATUAÇÃO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Izabel Hazin 124 125 afirma que esse GT foi criado na última APAF, que o grupo está trabalhando muito 126 bem, e vem fazendo um trabalho de escuta da categoria e da comunidade envolvida. 127 Há uma agenda de seminários que serão realizados em todas as regiões, e está sendo desenvolvido um formulário junto ao CREPOP para combater o capacitismo. Será 128 defendida a continuidade do GT na APAF. REFERÊNCIAS TÉCNICAS E ÉTICAS: 129

ATENDIMENTO À PESSOA SURDA NO ÂMBITO DA SAÚDE. Izabel comenta que este GT está caminhando de maneira bem sinérgica com o GT anterior, e os encaminhamentos mesmos do GT anterior. GT DE CONSTELAÇÃO FAMILIAR E INCOMPATIBILIDADES ÉTICAS. O GT não teve produção. Inclusive porque havia o entendimento de que o observatório de novas práticas supriria o tema do GT. Mesmo assim, a solicitação é de manutenção do GT. GT INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR - APAF ABRIL DE 2022. Alessandra afirma que o GT está conversando para tentar acordar uma data para encontro. O setor de tecnologia do CFP já fez uma pesquisa para saber como outros Conselhos Profissionais funcionam, para subsidiar o GT. O Plenário delibera por defender a continuidade do GT. GT APAF AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DO TRÂNSITO: ATUALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS ESPECÍFICOS. Aprovado na última APAF, não houve reunião. O Plenário delibera por pedir a continuidade do GT. 6º CBP - SECRETARIA EXECUTIVA CFP. Virgílio afirma que o CFP detém a coordenação da secretaria executiva do CBP, cujo representante era o Rogério Giannini. Mas com a saída de Rogério, é preciso indicar uma nova pessoa. Virgílio comenta que conversou com Rodrigo Acioli, e ele aceitou a tarefa. O Plenário aprova o nome de Rodrigo, com a colaboração de Neuza Guareschi e Katya Luciane. Neuza lembra da importância de pautar a grade de atividades do CFP no CBP. Há um período para inscrição das mesas, provavelmente até 30 de junho, de modo que será importante já mobilizar os Regionais. Virgílio fala que com as projeções de participação, haveria um déficit para a organização. No entanto, o número de inscrições já superou as expectativas iniciais. Alessandra sugere que na mesa de abertura haja algum indígena. Rafael pede que as possíveis iniciativas a serem custeadas pelo CFP sejam providenciadas com bastante antecedência para que seja possível correr o trâmite administrativo. A reunião é encerrada às dezoito horas e vinte minutos.

130

131

132

133

134

135

136

137138

139

140 141

142

143144

145

146

147

148149

150

151

152

153

154



Documento assinado eletronicamente por Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Conselheira(o), em 25/05/2022, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Robenilson Moura Barreto**, **Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura**, **Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 26/05/2022, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Katya Luciane De Oliveira**, **Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o), em 26/05/2022, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Norma Celiane Cosmo**, **Conselheira(o)**, em 27/05/2022, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539</u>, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi**, **Conselheira(o)**, em 09/06/2022, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o)**, em 30/06/2022, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos**, **Conselheira(o)**, em 07/07/2022, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Soares Da Silva**, **Conselheira(o)**, em 18/07/2022, às 20:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0581425** e o código CRC **2AF6F388**.